

## POLÍTICA ECONÔMICA EXTERNA DO BRASIL: 1946-1950<sup>#</sup>

Fausto Saretta\*

### *Introdução*

Os anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial são muito importantes para o estudo e entendimento do processo de desenvolvimento e crescimento econômicos dos anos seguintes. Especificamente o período compreendido entre 1946 e 1950 - quando o País esteve sob a administração do presidente Eurico Gaspar Dutra - apresenta singularidades e desdobramentos de larga repercussão no acelerado e bem sucedido processo de diversificação e expansão ocorridos, principalmente, na indústria nacional.

Várias são as dimensões importantes deste período para a vida brasileira. Vivido após o final da guerra e posterior ao primeiro governo de Getúlio Vargas, sucedeu à ditadura do Estado Novo, cujo período de oito anos legara transformações significativas para a economia brasileira. De outra parte, precedeu o segundo governo de Vargas, de repercussões não menos importantes para a sociedade brasileira. Iniciado no ano imediatamente posterior ao final da II Guerra Mundial, teve seu começo sensivelmente influenciado pelo renascimento do regime democrático que teve curso nos países da América Latina nos primeiros anos da segunda metade da década de 1940.

Na chamada República Liberal, ou seja, nos anos que vão de 1945 até 1964, a administração Dutra se notabilizou por ser uma das poucas, na verdade foram duas, que tiveram o presidente cumprindo integralmente o mandato para o qual fora eleito. Não deixa de ser uma característica especial na tumultuada história política brasileira do pós guerra. Nestes dezenove anos de democracia, além de Dutra, apenas Juscelino Kubitschek chegou ao final do mandato como presidente eleito pelo voto direto.

Não faltam, portanto, peculiaridades e características importantes nestes cinco anos finais da década de 1940. Terminara a ditadura e a guerra, e os Estados Unidos emergiam do conflito não apenas como a principal nação vitoriosa, mas também com a hegemonia econômica e política internacionais consolidadas. Estes dois aspectos são centrais para a compreensão daqueles anos, e o que aqui se pretende analisar, a política econômica de relações externas, deve considerar permanente e adequadamente estas duas questões.

Outros aspectos devem ser mencionados para que se busque uma compreensão mais procedente da questão da política econômica externa. Assim, cumpre adicionar ao que preliminarmente se comentou quanto à democracia, que juntamente com a eleição de Dutra pelo voto direto, foi eleito também um novo Congresso Nacional. Aos novos parlamentares caberia também a redação e promulgação de uma nova Constituição. A estrutura partidária existente havia sido estabelecida ainda por Getúlio Vargas antes de sua deposição em outubro de 1945. Merece ser destacado que entre os partidos existentes, um dos mais importantes era o Partido Comunista do Brasil - PCB -, recém legalizado e dotado de um número significativo de militantes, e com um papel importante no cenário político de então.<sup>1</sup>

\* Versão modificada a partir dos comentários recebidos quando da apresentação deste trabalho na *Third Conference of the Brazilian Studies Association* (BRASA), King's College, Cambridge, UK, de 7 a 10 Setembro de 1996. Agradeço em particular as observações do Prof. Colin Lewis, da University of London.

\* Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - FCL/UNESP - Araraquara. Email: fsaretta@fclar.unesp.br

<sup>1</sup> Sobre o quadro partidário após 1945 ver Campello de Souza (1976).

É possível afirmar que havia naquele início de 1946 um quadro geral de expectativas otimistas quanto às possibilidades de crescimento da economia brasileira. Dentro do plano mais geral em que se destaca o renascimento da democracia e da atividade política com amplas liberdades, como bem demonstra a existência legal do Partido Comunista, esperava-se naquele início de 1946 que a economia brasileira, sem os constrangimentos que a guerra causara, pudesse avançar no processo de desenvolvimento, principalmente industrial. Uma das razões mais evidentes para a existência deste quadro de expectativas positivas quanto à economia era a então recém inaugurada Companhia Siderúrgica Nacional - CSN - reconhecida, corretamente, como ponto fundamental para o crescimento do setor industrial. Mas mais do que a usina siderúrgica em si, havia, sobretudo, entre o empresariado nacional, perspectivas favoráveis quanto à economia nacional.

Já há algum tempo discutia-se no Brasil questões relacionadas ao desenvolvimento do País. O célebre debate entre o Professor Eugênio Gudim e o industrial Roberto Simonsen remontava ainda aos anos da guerra. De outro lado, com o término da conflagração e, mais do que isto, com a esperança de normalização dos fluxos de bens e capitais, ensejava um clima conveniente para discussão sobre o futuro econômico do País. Não por outra razão, a pequena imprensa que na época se dedicava à economia e finanças, apresentava artigos e ensaios de conceituados intelectuais, voltados para os rumos que deveria trilhar a economia brasileira, no seu processo de crescimento e desenvolvimento.<sup>2</sup>

É dentro deste clima que se inicia a administração de Eurico Gaspar Dutra. O estudo da política econômica do período em geral e, em particular, da questão externa, deve ser considerado inicialmente dentro deste quadro mais amplo. A ditadura que terminara, mas que deixara modificações importantes dentro do Estado, e o próprio período da guerra, que na sua excepcionalidade, permitira ao País amealhar divisas da ordem de US\$ 700 milhões, norteiam as primeiras decisões sobre os rumos da política econômica. E estas se fazem como se novos tempos estivessem começando para um País que tinha grande potencial de crescimento, mas não menores carências de recursos, e que, pelo menos aparentemente, julgava necessário romper com o passado recente de ditadura, tanto política como econômica.

### *A política econômica de relações externas 1946-1950*

Nos seus primeiros momentos, o governo de Dutra propôs um esforço desregulamentador e desestatizante para a economia. Todas as mazelas que perturbavam a economia, segundo o discurso oficial, pareciam decorrer quase que exclusivamente da ditadura, que dotada de grande poder interventor, se imiscuía excessivamente nas atividades econômicas. Havia, portanto, que se proceder de maneira a diminuir a presença estatal regulamentadora, e isto deveria ser feito, preferencialmente, com a extinção dos órgãos que exerciam atividades de planejamento da economia e fomentadores do crescimento industrial (Draibe, 1985).

Havia claramente, pelo menos no início da administração de Dutra, uma tentativa de se fazer uma política econômica liberal, ou seja, de assumir a necessidade de diminuir a presença do Estado na economia e de tomar tal diminuição como um imperativo para o melhor funcionamento do sistema econômico. A despeito da forte ligação que tivera o próprio Presidente eleito com a ditadura do Estado Novo, recorrentemente se atribuíam ao regime de exceção que terminara havia pouco meses, a responsabilidade pelas dificuldades e desacertos da economia. A inflação, o desabastecimento, a precária infra-estrutura

---

<sup>2</sup> Um depoimento pertinente sobre o debate econômico no Brasil nos anos de 1940 está em Pereira (1975).

e as grandes carências que de todas as ordens prejudicavam a vida do País eram, no mais das vezes, atribuídas ao regime de arbítrio que até tão pouco tempo vigira.

Desde logo, é preciso deixar claro que não houve em nenhum momento do período 1946-1950, por parte do governo, qualquer tentativa de retorno a uma suposta “vocação agrícola”, ou seja uma volta, ou mesmo uma tentativa de volta, à exportação de produtos primários como principal setor da economia. Apesar dos órgãos públicos mais empenhados no planejamento e no fomento à atividade industrial terem perdido importância relativa, e a despeito de declarações de ministros que soavam contrárias à indústria e ao avanço do setor secundário, não se deve considerar tais eventos como manifestação de uma política efetiva de volta à uma economia de base agrícola<sup>3</sup>. A esperança que se tinha, e que sempre se manifestava, quanto ao papel da primeira usina siderúrgica para o avanço e fortalecimento da indústria, é muito expressiva quanto à importância, quase que unânime, que se atribuía ao crescimento do setor industrial.

A política econômica proposta não inovava substancialmente no plano interno: combate à inflação, orçamento equilibrado, diminuição dos gastos públicos e de algumas obras tidas como desnecessárias, controle e diminuição das emissões monetárias, enfim, nada que apresentasse alguma novidade. O primeiro ministro da Fazenda escolhido foi Gastão Vidigal, que propunha o que se poderia considerar o senso comum em termos de política econômica. Em entrevista, declarou que “... preterir o curso forçado, por si só, é um compromisso que resume todo um programa de ação benéfico para nossa reconstrução econômica e financeira”. Sintomático em tal declaração é o termo *reconstrução*, que dava mostra das esperanças do novo governo e da política econômica de reconstruir o Brasil, aparentemente destruído que fora pela longa ditadura do Estado Novo.<sup>4</sup>

A plataforma da política econômica ganhou apoio nos setores empresariais. Louvava-se o fato do ministro ser um homem de negócios, um banqueiro, que teria uma visão realista e prática, e poderia agir para levar a bom termo suas propostas. Vidigal, na verdade, permaneceu poucos meses no comando do Ministério da Fazenda. Saiu em outubro de 1946 e foi substituído por Pedro Luis Correia e Castro, também banqueiro e originário do Rio de Janeiro. A mudança no Ministério não alterou as propostas para a política econômica interna. O novo ministro apenas anunciou e propôs reformas de cunho mais estrutural, nas áreas bancária, tributária e agrária<sup>5</sup>.

Grosso modo, foram estas as prescrições de política econômica para o plano interno. Anunciou-se acima que não houve grandes novidades nas concepções para as questões econômicas domésticas. Mesmo as propostas que se poderia considerar como de maior fôlego, não representavam necessariamente uma novidade, dado o problemático sistema bancário brasileiro, que crescera desmesuradamente durante o período da guerra, o que tornava urgente sua regulamentação, além é claro, da premência de se criar um sistema de crédito adequado à uma economia que tanto precisava crescer.

<sup>3</sup> No relatório do Ministério da Fazenda de 1946 afirmava-se “É da essência da economia latino-americana, e o Brasil neste conjunto está integrado, certa concentração de esforços na exportação de matérias primas e de gêneros alimentícios, bem como na importação de ampla variedade de artigos manufaturados e de comestíveis industrializados”. Deve ser considerado que por mais expressiva que seja tal opinião, e veiculada numa publicação importante como o Relatório do Ministério, não representa o que realmente se buscava com a política econômica de fato encetada. Para os setores mais relevantes, tanto dentro do governo como no empresariado, à agricultura estava reservada, enfaticamente, o papel de coadjuvante no desenvolvimento industrial. Para tanto ver Bielschowsky (1988).

<sup>4</sup> Para um resumo da política econômica do período 1946-1950 ver Saretta (1995). Também sobre os anos da administração Dutra ver Malan *et al.* (1980) e Vianna (1989).

<sup>5</sup> Sobre a reforma bancária, ver Minela (1988). Sobre a reforma tributária ver Draibe (1985). Sobre a reforma agrária ver Tapia (1986).

Da mesma forma, era preciso adequar as receitas públicas às necessidades dos gastos, o que implicava em reformar também a estrutura tributária.

A inovação da política econômica do quinquênio 1946-1950 foi com relação à questão externa. Havia por parte das autoridades brasileiras uma expectativa muito forte quanto à rápida normalização da economia internacional, e com isso, a esperança de que os Estados Unidos teriam alguma preferência especial pelo Brasil, quando direcionassem seus investimentos para a região. Esta esperança era devida à participação militar que tivera o Brasil na Segunda Guerra, com o envio de tropas de combate na Europa e por ter o País colaborado no esforço de guerra fornecendo importantes produtos e matérias-primas com preços regidos por contratos específicos<sup>6</sup>.

Para as formulações iniciais da política econômica externa da administração Dutra, três questões, primeiramente, devem ser cotejadas. Em primeiro lugar, o valor do câmbio, que foi mantido no mesmo patamar de 1939, antes da guerra portanto. Considerando os índices inflacionários do período - o IPA teria subido 180% - fica evidente a sobrevalorização da moeda nacional. Em segundo lugar, há que se considerar o Decreto-Lei 9025 de 27 de fevereiro de 1946, que estabelecia a liberdade de compra e venda de cambiais e assegurava, a partir de cláusulas específicas, o livre retorno e a cobertura para os capitais aqui aplicados. Finalmente, há que levar em conta que a manutenção do câmbio valorizado atendia a um dos objetivos da política econômica interna de combate à inflação, ou seja, a importação estimulada pelo elevado valor da moeda brasileira atuaria facilitando o abastecimento que estivera prejudicado pela guerra e minimizaria as pressões inflacionárias, decorrentes, em parte, das dificuldades de abastecimento<sup>7</sup>.

Em face da problemática economia internacional dos anos imediatos ao pós-guerra era difícil praticar uma política econômica externa como a proposta. Na verdade, o Brasil parecia levar em conta as prescrições do recém criado Fundo Monetário Internacional, incompatíveis com o quadro de dólares escassos, moedas européias inconvertíveis e a prática corrente de protecionismo e acordos bilaterais entre os países. Além disto, os Estados Unidos estavam muito mais preocupados com a Europa e sua reconstrução econômica, do que com seu principal aliado da América do Sul. A principal preocupação dos norte-americanos era tornar a Europa economicamente forte, entre outras razões, para conter o avanço do seu principal inimigo do pós-guerra, qual seja, o comunismo<sup>8</sup>.

A expressão mais adequada da inviabilidade da política econômica externa se manifestou em pouco tempo. O inusitado saldo de 700 milhões de dólares durou pouco, até porque, um exame superficial da composição das divisas revelaria que apenas 12% das disponibilidades cambiais eram compostas pelo dólar norte-americano, a principal moeda de curso internacional do período. O restante era de moedas européias inconvertíveis e que foram, ao longo aqueles anos, fortemente desvalorizadas, além de títulos emitidos por países europeus, notadamente Inglaterra e Alemanha, portanto de pouca serventia para o comércio internacional. Assim, não foi tanta a surpresa causada, decorridos pouco mais de um ano depois da posse de Dutra, pela instalação de uma

<sup>6</sup> Para a lista de produtos que eram objeto de acordo ver Campos (1995).

<sup>7</sup> Sobre a inflação do período ver Malan *et al.* (1980, p. 212). Sobre o D.L. 9025 ver Lago (1982, p. 34-35).

<sup>8</sup> Algumas interpretações sobre a relação entre o Brasil e os Estados Unidos ao final da II Guerra Mundial entendem que o interesse norte-americano para com o Brasil estaria na consolidação da economia brasileira como complementar à norte-americana, ou seja, importando bens manufaturados e exportando matéria-prima e materiais estratégicos. Os documentos das missões econômicas norte-americanas desde Cooke em 1942 até o "Ponto IV" no início dos anos cinquenta apontam nesta direção e reiteram o desinteresse norte-americano na cooperação financeira entre governos, da mesma forma que postulam a necessidade de criação de um "clima favorável para investimentos privados". Para tanto, ver Haines (1989, cap. VII).

crise cambial que levou, crescentemente, a uma reversão significativa da política externa brasileira.

No decorrer do ano de 1946 já eram visíveis os sinais de problemas na área externa. De fato, antes mesmo de findar a guerra, o então Ministro da Fazenda, Artur da Souza Costa, alertava para a excepcionalidade e pouca consistência dos resultados favoráveis apresentados pelo balanço comercial, já que eram frutos da expansão da exportação de manufaturas, principalmente da indústria têxtil, que não resistiria à competição quando se normalizasse o comércio. Previra também o ex-Ministro, que as divisas seriam rapidamente consumidas quando terminasse o conflito. Desta forma, não foi tão grande a novidade, quando as autoridades econômicas se depararam, em maio de 1947, com uma aguda escassez de moedas conversíveis, o que obrigou a uma grande inflexão na condução da própria economia brasileira.

As reservas se esvaíram rapidamente, tanto em função de sua pequena disponibilidade, como também, em parte, pela sua má utilização. Com a liberalidade para o uso de moedas conversíveis, importou-se, ao longo de 1946, vários produtos de consumo durável, de pouca importância para a tão necessária *reconstrução nacional* e reequipamento da indústria brasileira. As críticas à política de liberar as importações logo se fizeram presentes e uma publicação especializada em economia assim comentou: "Legítimo escambo o que sofremos. Trocamos parte substancial das nossas disponibilidades por enfeites, adornos, objetos de matéria plástica muito agradáveis para o nosso atavismo"<sup>9</sup>. Além de propiciar a importação de produtos de consumo, a liberdade das operações cambiais possibilitou também a fuga de capitais, estimada nos dois primeiros anos, em 50 milhões de dólares. Por outro lado, a rápida deterioração da situação das contas externas levou a que diminuíssem as críticas à gestão econômica do regime anterior. Ademais, como no plano interno o crédito estava contido severamente, começaram a aumentar os sinais de descontentamento com a política econômica "que estaria deixando sem amparo a produção nacional".

Já ao longo de 1946 havia sinais dos problemas com a disponibilidade de câmbio. Assim, quando se começou a tomar consciência do relativo desinteresse dos capitais norte-americanos em investir no Brasil, as autoridades modificam os artigos 6o. e 8o. do Decreto Lei 9025, buscando tornar mais atrativas as condições para a vinda de capitais. Alteraram as cláusulas relativas à remessa de lucros e repatriamento. Os respectivos artigos foram considerados restritivos à entrada de capitais estrangeiros, pois garantiam o direito de retorno a capitais registrados, desde que a parcela anual de transferência não excedesse a 20% e limitava a 8% do valor do capital a remessa autorizada de juros, lucros e dividendos. O que excedesse este teto seria considerado transferência de capital.

A questão da remessa de lucros durante bom tempo teve grande importância no debate político brasileiro. Juntamente com a reforma agrária, foi um dos temas que mais polêmicas criou, justamente pelo forte conteúdo político e ideológico associado ao assunto. Entretanto, ao suspender o disposto nos artigos 6o. e 8o. do Decreto de fevereiro de 1946, as autoridades brasileiras agiram baseadas nos imperativos decorrentes da crescente falta de dólares. As modificações revelaram-se inócuas para estimular a entrada da escassa moeda norte-americana e, principalmente, comprometiam ainda mais a precária situação das contas externas. Quando, em maio de 1947, a grave crise de divisas levou a que se modificasse a forma de compra de câmbio, passando a cessão a ser feita em função de prioridades, voltou-se ao disposto originalmente no Decreto Lei 9025.

Estas modificações na regulamentação da remessa de lucro tiveram uma importância significativa na história econômica brasileira que vai além dos anos aqui considerados. Ao terminar seu primeiro ano de governo, no final de 1951, Getúlio Vargas

<sup>9</sup> O Observador Econômico e Financeiro no. 138, ano XII, julho de 1947, p.6.

proferiu um discurso em que criticava em termos pesados e contundentes, o disposto no Decreto Lei, que, segundo o discurso presidencial, servira para super-dimensionar o montante de capital estrangeiro existente no País e, portanto, aumentar substancialmente as próprias transferências. Não cabe nestas linhas analisar a célebre fala do Presidente. Importa, isto sim, considerar que o disposto nos artigos 6o. e 8o., do decreto de fevereiro, eram objeto de regulamentação por parte da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, o que, aliás, constava do próprio Decreto-Lei. Esta regulamentação estatuiu, entre outras questões, que os juros, lucros e dividendos que ultrapassassem os 8% fixados por lei seriam considerados capital estrangeiro reinvestido no Brasil e somados às quantias originariamente entradas no País para efeitos de registro no Banco do Brasil<sup>10</sup>.

Houve de fato uma transferência adicional de recursos, com prejuízo para o difícil equilíbrio das contas externas brasileiras. Quando Vargas se pronunciou sobre o assunto, fê-lo muito mais movido pelas dificuldades da crise cambial, na qual estava imerso o País, do que por qualquer veleidade nacionalista. Na verdade, Getúlio Vargas, a exemplo de seu antecessor, estava também extremamente interessado na vinda do capital estrangeiro para o Brasil e, mais do que isto, sabia o quão imprescindível para o desenvolvimento brasileiro eram os capitais forâneos, mormente os norte-americanos. Este é um dos aspectos que aproxima as duas administrações e, dentre outros que serão citados neste trabalho, exprime que, entre os governos de Dutra e de Vargas, houve mais igualdades do que diferenças.

A ilusão das reservas e a esperança de uma relação especial dos Estados Unidos para com o Brasil duraram pouco. Durou pouco também a expectativa positiva de que o FMI reordenaria as relações econômicas internacionais como fora prescrito em Bretton Woods. O ideário e o papel de estabilizador do Fundo foram sistematicamente desconsiderados por um bom período, muito além dos anos iniciais do pós guerra. Suas recomendações foram simplesmente ignoradas, como bem provam as fortes desvalorizações das principais moedas européias logo após o fim da guerra, assim como os acordos de comércio bilateral estabelecidos entre os países. Prova de que as disposições do Fundo foram letra morta durante um bom tempo, é o fato de que a conversibilidade das principais moedas européias só foi restaurada nos anos finais da década de 1950<sup>11</sup>.

Como já foi observado aqui, houve, portanto, um equívoco na formulação da política econômica de relações externas brasileira no início do governo Dutra. Eram comuns políticas protecionistas, taxas múltiplas de câmbio e acordos específicos de comércio. Os Estados Unidos - através do Plano Marshall - praticamente bancavam a reconstrução das economias européias e japonesa. O Brasil dispunha de poucos dólares e muitas moedas bloqueadas, de escassa utilização no comércio internacional, e ousou praticar uma extemporânea política liberal na sensível e delicada área externa. Assim, não foi tanta surpresa quando, em maio de 1947, as autoridades brasileiras foram obrigadas a controlar a cessão de cambiais a partir da prioridade do produto a ser importado. Não poderia ser de outra forma, pois a disponibilidade em moedas conversíveis passou de US\$ 92 milhões em 1946 para US\$ 33 milhões no ano seguinte. Por força do controle exercido na cessão de moedas arbitráveis ao longo do período, melhorou a disponibilidade de câmbio, principalmente a partir de 1949, com a acentuada melhoria nos preços do café<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> A íntegra do "Discurso de Ano Bom" está em Vargas (1968, v. 2, p. 68).

<sup>11</sup> Sobre Bretton Woods e o Fundo Monetário Internacional nos pós-guerra ver Lichtensztein e Baer (1987). Uma boa análise da economia internacional nos anos imediatos depois da Segunda Guerra está em Teixeira (1983). Sobre o Plano Marshall ver Isaacson e Thomas (1986) e Hirschman (1987).

<sup>12</sup> Sobre as disponibilidades cambiais entre 1945 e 1953 ver Malan *et al.* (1980, p. 126).

Não havia, portanto, muitas alternativas para a política econômica naquela segunda metade dos anos de 1940 à implantação de controle sobre o uso das moedas de curso internacional. Para agravar ainda mais o precário quadro das contas externas brasileiras no segundo semestre de 1947, logo após o estabelecimento dos controles, a Inglaterra declarou a inconvertibilidade da libra esterlina. Não era desprezível o saldo de que dispunha o Brasil em moeda inglesa e, portanto, sua inconvertibilidade agravava ainda mais o precário quadro de escassez cambial. A utilização destes recursos, *os esterlinos congelados*, que cresceram em valor ao longo dos anos iniciais do imediato pós-guerra, serviu para que o Brasil celebrasse um acordo com a Inglaterra. Foram utilizadas para a compra de produtos essenciais como combustível, carvão e máquinas, com a Inglaterra importando produtos primários e matérias-primas. Parte substancial foi utilizada na compra de ferrovias e outras empresas de utilidade pública de capital britânico existentes no País, no resgate da dívida externa e na compra de prédios para a Embaixada brasileira no Reino Unido<sup>13</sup>.

Outros acordos também foram fixados com diferentes países, como a Bélgica e a Argentina<sup>14</sup>. A exemplo do feito com a Inglaterra, não pareciam ser muito interessantes para o Brasil. Sofreram críticas relativamente contundentes, que no geral, serviam para que se colocasse em xeque a própria política econômica, e, na verdade, sua inconsistência diante de um quadro de crescentes dificuldades, expressas basicamente pela permanente crise cambial. As dificuldades crescentes da economia serviam para que rapidamente se desgastasse a política econômica, externa e interna, e expunha os eventuais deslizos e erros às críticas cada vez maiores<sup>15</sup>.

A partir de maio de 1947 modificou-se sensivelmente a condução da política econômica externa. O instrumento para tal intervenção foi a Instrução no. 25 da SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito - que disciplinava os casos de cobertura cambial em: (i) compromissos do governo; (ii) artigos essenciais; (iii) juros e *royalties* e lucros de acordo com o DL 9025; (iv) despesas com viagens e (v) produtos não incluídos na categoria de essencial. Com isto, ganhava papel preponderante a CEXIM - Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil - a quem caberia aprovar os pedidos para a cessão do câmbio. Entretanto, esta primeira intervenção no mercado cambial demonstrava que as autoridades tinham esperanças de que se amenizassem as dificuldades. Porém, os dados desautorizavam estas esperanças: a despeito do aumento das exportações, o déficit em moeda conversível alcançava US\$ 313 milhões em dezembro de 1947<sup>16</sup>.

Com a Instrução no. 26, a SUMOC alterou o disposto na Instrução anterior, aumentando o repasse obrigatório de moedas arbitráveis para o Banco do Brasil, de 30% para 75%. Em fevereiro de 1948, através da Lei 262, foi introduzido o regime de licença prévia, regulamentado pelo DL 24697-A, de março de 1948. Este estabelecia que à CEXIM caberia "implementar o regime de licenciamento segundo um sistema de prioridades". Não há como negar uma mudança radical na condução da política econômica na sua área mais sensível. Dos melhores pressupostos liberais passou-se a uma rígida intervenção na concessão de câmbio, o que, como não poderia deixar de ser, teve repercussões importantes na economia brasileira, já que o sistema de prioridades passou a privilegiar cada vez mais a utilização das divisas para a importação de insumos e matérias-primas importantes para o setor industrial.

Os resultados da balança comercial de 1948 foram bons. Cresceu o saldo em moedas conversíveis e inconvertíveis. Entretanto, cresceram os atrasados comerciais e

<sup>13</sup> Conforme *Conjuntura Econômica* no. 1, ano II, julho de 1948, p. 33. Sobre o Acordo ver também Abreu (1988).

<sup>14</sup> Especificamente sobre a Argentina, veja-se Porcile (1996).

<sup>15</sup> Ver por exemplo artigo de Rômulo Almeida em *O Economista* no. 349, julho de 1949, p. 19.

<sup>16</sup> Para dados mais completos ver Huddle (1964, p. 10)



não eram desprezíveis os compromissos de curto prazo - cerca de US\$ 90 milhões. A despeito do saldo comercial, o balanço de pagamentos apresentava déficit<sup>17</sup>. A 26 de março de 1949 a SUMOC baixou a Instrução no. 28, que instituiu um fundo único de câmbio para moedas conversíveis, cuja alocação dependeria de cinco categorias de essencialidade, com clara valorização de insumos e matérias primas para a indústria na concessão do câmbio. O sistema de orçamento de câmbio estabeleceu uma ligação importante entre a CEXIM - que emitia as licenças de importação - e a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil - que administrava as disponibilidades cambiais<sup>18</sup>.

Ainda em 1949 outros acontecimentos iriam marcar a política econômica externa brasileira. No segundo semestre a libra esterlina sofreu significativa desvalorização, bem como as moedas da chamada área do esterlino. Nesta época, cerca de 37% das exportações brasileiras era destinada à Inglaterra, o que por si só demonstra o impacto da desvalorização sobre as contas externas. Até então, havia consenso que o cruzeiro valorizado assim deveria permanecer, até porque não havia muitas dúvidas quanto à impropriedade da desvalorização cambial como forma de aumentar as exportações. Além disto, a perda de valor da moeda nacional elevaria os preços dos produtos importados, com evidentes repercussões sobre o nível geral de preços.

As pressões para que se desvalorizasse o cruzeiro existiram, mas foram insuficientes para que fossem efetivadas. As manifestações mais importantes vieram do setor exportador de açúcar e de parte da indústria de São Paulo que, dispondo de mercados externos, não conseguiam a adequada competitividade, justamente pelo elevado valor da moeda brasileira. No segundo semestre de 1949, após, portanto, a desvalorização da libra esterlina, considerado pela imprensa brasileira como o principal fato econômico depois do final da Segunda Guerra, é que apareceram as mais significativas discordâncias quanto à condução da política econômica. Naquele momento, ficaram mais evidentes os conflitos em torno das decisões que moldavam o perfil da gestão estatal quanto à economia.

Evidentemente, não se pode tomar a feitura e a execução da política econômica como isenta de interesses. Ao longo dos cinco anos seguintes à Segunda Guerra, como não poderia deixar de ser, ocorreram confrontos mais ou menos expressivos em torno das metas propostas. Desta forma, poderia ser entendida, por exemplo, a forte restrição creditícia exercida pela política monetária, que mesmo logrando rebaixar a inflação, levou a crescentes desgostos por parte do setor produtivo, claramente prejudicado em seus negócios por tal restrição. Na verdade, uma observação da história da política econômica daqueles anos revela que o desgosto foi tão expressivo que levou à própria substituição do Ministro da Fazenda. Da mesma forma conflituosa, envolveram-se os poderes federal e estadual, com a União equilibrando as suas contas, ao mesmo tempo em que os principais estados da Federação praticavam vultuosos déficits em suas contas, o que anulava o próprio esforço contencionista federal<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> "Três motivos explicam a razão das divergências dos sinais do balanço comercial e de pagamentos. Primeiro, o Brasil não possuía frota mercante nem despesas de seguro marítimo. Segundo, havia ocorrido um investimento estrangeiro no Brasil muito superior ao de brasileiro no exterior, de modo que a renda do investimento constituía uma elevada saída anual de câmbio. Terceiro, o Brasil tinha grandes dívidas internacionais contraídas na década de 1920 e em anos anteriores, principalmente a curto e médio prazos". (Huddle, 1964, p. 18).

<sup>18</sup> Um dos objetivos da Instrução 28 era diminuir a importância do mercado negro de câmbio, que transacionava as divisas oriundas do turismo e de moedas arbitráveis que os exportadores brasileiros obtinham dos vários acordos de compensação que o Brasil havia firmado. Huddle (1964) calculou que os turistas deixaram, entre 1947 e 1948, cerca de 12 milhões de dólares, e que o Banco do Brasil recebeu apenas 858 mil dólares. O ágio entre os mercados livre e oficial era de 50%.

<sup>19</sup> Sobre os conflitos em torno da política econômica do período 1946-1950 ver Saretta (1990, p. 96-110).



Para uma economia como a brasileira daqueles anos do pós Segunda Guerra, o ponto central eram as relações econômicas internacionais e, portanto, a taxa de câmbio. As discussões sobre o seu elevado valor ganharam uma expressão maior após a desvalorização da libra. Mesmo quando a moeda brasileira teve seu valor declarado ao Fundo Monetário Internacional, em outubro de 1946, e reiterado em 1948 com o mesmo valor que tinha de antes da guerra, já estava evidentemente sobrevalorizada e não foi objeto de maiores críticas. A declaração da taxa cambial brasileira, na verdade, foi feita em atendimento aos ditames e problemas momentâneos de curto prazo, inerentes à crise cambial, quase que permanente no período 1946-1950. O que de fato norteou a decisão, foi a situação periclitante das reservas brasileiras, e a possibilidade de recorrer ao Fundo para dispor de recursos para pagamento dos atrasados com os Estados Unidos<sup>20</sup>.

A questão do valor da taxa de câmbio não deixa de ser a expressão dos imprevistos que marcaram a concepção e mesmo a execução da política econômica ao longo do período aqui estudado. A fixidez e o alto valor do cruzeiro trouxeram efeitos importantes para a economia brasileira ao transferir renda, via importações baratas, para o setor comercial de importação e, principalmente, para a indústria. Antes porém, da análise deste ponto extremamente importante, convém observar que os setores exportadores, que se prejudicavam com a valorização cambial, souberam, de diferentes formas, preservar sua renda. A cafeicultura impôs seus interesses através da garantia de compra pelo governo federal, e os exportadores de açúcar, a despeito do pleito pela desvalorização, garantiram-se através de recursos internos - imposto sobre importação e crédito do governo federal. Para os outros setores de menor peso político, como madeira e cacau por exemplo, foi largamente utilizado o expediente das *operações vinculadas*, no qual os exportadores dos produtos considerados gravosos, ou seja, sem possibilidade de venda à taxa de câmbio oficial, vendiam suas cambiais aos importadores, notadamente de produtos de consumo durável, evidentemente a um preço acima do mercado oficial.

Na prática, tais operações significavam a existência de uma outra taxa de câmbio. Mais importante, é considerar que chegaram a representar cerca de 25% do movimento de cambiais, o que demonstra sua importância. Entretanto, o que importa destacar é que a manutenção da taxa de câmbio apreciada foi de interesse dos principais setores econômicos, principalmente da indústria, que na sua vital necessidade de reequipamento e modernização beneficiou-se amplamente do subsídio implícito no câmbio valorizado. A importação de máquinas e equipamentos mais baratos trouxe no seu bojo um processo de transferência de renda - dos setores exportadores de produtos agrícolas e manufaturados para os setores voltados para o mercado interno - de magnitude significativa e absolutamente fundamental para o crescimento e desenvolvimento industriais<sup>21</sup>.

Há na literatura econômica sobre o pós-guerra estimativas quanto ao montante de renda que teria sido apropriado pelo setor industrial por conta da apreciação cambial, a qual, como se sabe, agiu dentro do contexto mais geral dos controles quantitativos e seletivos das importações. Malan *et alii* resumizam as interpretações que os estudiosos da questão apresentam e, inclusive, propõem uma interpretação alternativa à feita por Albert Fishlow e Donald Huddle. Não cabe aqui reproduzir este debate, mas é preciso considerar que, de fato, ocorreram ganhos significativos por parte do setor industrial. Por outro lado, estes devem ser relativizados, pois há evidências de que o maior crescimento das importações destinadas à indústria ocorreram quando eram me-

<sup>20</sup> Ver a este respeito Lago (1982, p. 42).

<sup>21</sup> Pela teoria da paridade do poder de compra, o dólar norte-americano, em 1946, deveria valer Cr\$ 26,00 frente aos Cr\$ 18,50 oficiais. Pelo mercado livre a moeda norte-americana valeria Cr\$ 19,42 e alcançaria Cr\$ 32,50 em 1950. A este respeito ver Kershaw (1948) e Lewinsohn (1950)

nos restritivos os controles sobre as importações, ou seja, nos anos de 1946 e 1947. Ademais, os autores concluem que parcela não desprezível da transferência foi apropriada pelo comércio importador<sup>22</sup>.

Analisando a política econômica de relações externas apenas pelos dados relativos aos valores apresentados pelas contas, chega-se à conclusão de que a despeito da mutante e improvisada política praticada, esta legou resultados positivos. Os dados não permitem dúvidas e demonstram a importância dos controles quantitativos das importações. Não havia grandes dificuldades na área financeira, já que em 1943 negociara-se a dívida externa, e as dificuldades de praça marítima também não representavam o ponto mais fraco do precário quadro apresentado pelo País.

Assim, a principal preocupação das autoridades econômicas era com a área comercial, e aqui os controles revelaram-se extremamente eficazes. Passou-se de um déficit de pouco mais de 3 milhões de dólares com a área conversível em 1947, para um superávit modesto, em 1949, de US\$ 18 milhões, e que alcançou US\$ 380 milhões em 1950. Os resultados são de fato expressivos e revelam em parte o acerto dos controles cambiais. Porém, contribuiu fortemente para esta reversão o notável aumento no preço do café ocorrido a partir de 1948, quando expirou o Acordo Internacional do Café. Assim, o preço do produto aumentou 119% entre o final do acordo e 1950, e continuou crescente até 1953.

Entretanto, se os dados da área comercial eram positivos, a conjuntura política internacional estava agitada no começo dos anos de 1950, com a possibilidade da Guerra da Coreia estender-se à escala internacional e detonar a Terceira Guerra Mundial. Com a recente experiência de dificuldades de abastecimento pelas quais passara o Brasil durante a II Guerra, agiu o setor industrial em garantir-se contra prováveis problemas que teria com um novo confronto, e o fez aumentando consideravelmente sua demanda por cambiais. Deve ser considerado que a indústria reclamava sistematicamente da inadequação da oferta de insumos, que prejudicava seu ritmo de expansão. Assim, a expressiva melhoria das contas externas decorrentes do aumento do preço do café foi em boa medida aproveitada pela indústria para se suprir adequadamente.

A liberação das importações repercutiria pesadamente no governo seguinte de Getúlio Vargas. Neste sentido, alguns dados são expressivos: as divisas em moedas conversíveis passaram de US\$ 128 milhões em 1950 para US\$ 30 milhões no ano seguinte, caindo também o saldo em moedas bloqueadas e compensadas. Os atrasados comerciais passaram de cerca de US\$ 23 milhões para US\$ 97,5 milhões no mesmo período. Ao longo do governo de Vargas a crise cambial aumentaria dramaticamente: os atrasados comerciais chegaram a US\$ 580 milhões em 1952. Na verdade, estes dados são, em última instância, o espelho da fragilidade da economia brasileira no final dos anos de 1940, pois bastou uma elevação do preço do principal produto de exportação - o café - para que, melhorando a balança comercial, aumentassem rapidamente as importações, comprometendo em pouco tempo os resultados positivos<sup>23</sup>.

Os dados referentes ao balanço comercial brasileiro, como se tentou demonstrar acima, aparecem como positivos quando circunscritos aos anos da administração Dutra, mas não escondem o problemático legado para seu sucessor. Outro ponto importante no contexto das relações econômicas internacionais diz respeito ao fluxo de capitais, que, como já se observou aqui, foi um dos pontos em que o governo de 1946 depositou grandes esperanças. A despeito da frustração brasileira com o preterimento dos Estados Unidos, nem por isto foram desprezíveis os investimentos norte-americanos nos anos aqui considerados. A rigor, os dados têm ainda maior significado, já que a prioridade norte-americana era a reconstrução européia através do Plano Marshall. As esta-

<sup>22</sup> A súmula do debate está em Malan *et al.* (1980, p. 171-177).

<sup>23</sup> Os dados do balanço de pagamentos estão em Malan *et al.* (1980, p. 192) e Vianna (1989, p. 61-62).

tísticas disponíveis informam que o estoque de capital estrangeiro cresceu em torno de 16% ao longo do período, com a participação relativa norte-americana passando de cerca de uma quarta parte para quase 43%.

Analisando os números disponíveis mais detalhadamente, observa-se que a partir de 1947, até 1950, os investimentos estrangeiros chegaram a US\$ 69 milhões, com reinvestimentos da ordem de US\$ 136 milhões. Os investimentos especificamente norte-americanos alcançaram US\$ 191 milhões. Agregando os dados de 1951, calcula-se que os reinvestimentos chegaram a US\$ 350 milhões. O diferencial entre os investimentos norte-americanos e o total estrangeiro ocorreu, na maior parte, em função dos acordos que o Brasil estabelecera com o Reino Unido. Assim, para US\$ 190 milhões, que seria o total do desinvestimento até o ano de 1954, cerca de US\$ 100 milhões seriam de responsabilidade dos acordos referentes à aquisição das ferrovias britânicas.

Assim, não pode ser considerado insignificante o montante de capital norte-americano investido no Brasil nos anos imediatos após a Segunda Guerra, embora não tenham sido tão elevados como desejavam as autoridades brasileiras, ou mesmo frente às necessidades da economia. Os fluxos de capitais dirigiram-se preferencialmente à indústria de transformação. Especificamente o setor que apresentou a maior taxa de expansão foi o setor de distribuição de petróleo. Porém, não foram absolutamente insignificantes os dados relativos ao retorno dos capitais aqui investidos, que teriam chegado a US\$ 400 milhões entre 1946 e 1950. Considerando o período até 1952, o valor dos retornos ascende a US\$ 508 milhões<sup>24</sup>.

## **Conclusão**

Como poderiam então ser entendidos os resultados da política econômica externa durante a administração de Dutra? Inicialmente, há que se considerar o entendimento ilusório que tiveram as autoridades brasileiras do problemático quadro internacional, tanto político quanto econômico, o que obrigou a bruscas alterações na condução da gestão econômica. Estas alterações, basicamente exercidas através de controles das disponibilidades cambiais, exprimem adequadamente a quase que permanente crise de câmbio vivida pela economia no período. As modificações das leis, decretos e instruções exaradas pelo governo, ao longo daqueles anos, e pelo menos até 1949, foram crescentemente discriminatórias, fixando critérios de preferência para o uso das moedas arbitráveis, que privilegiavam claramente as importações de insumos industriais.

O intervencionismo logrou efeitos positivos, sobretudo na área comercial, que era a parte mais sensível no desequilíbrio externo. A precária condição das contas internacionais brasileiras possibilitou o aproveitamento da perversa situação externa pelo crescente setor industrial brasileiro, cujo produto cresceu na média 7,9%, enquanto que a economia como um todo expandiu-se em torno de 6%. Foi clara a força da indústria na condução da improvisada e mutante política econômica do lustro posterior à Segunda Guerra Mundial, e isto está expresso na forte pressão sobre as importações ao longo do ano de 1950, que não deve ser entendida apenas como causada pelo possível alastramento da Guerra da Coreia, sendo também importante como uma manifestação inequívoca da vigorosa taxa de crescimento da renda do setor industrial.

O período da economia brasileira aqui estudado serve como um bom exemplo da fragilidade inerente à imposição de uma política econômica que se pretendia liberal dentro de uma quadra histórica tão problemática quanto aquela do pós-guerra. Não apenas na área externa houve a demonstração do pequeno fôlego que tinham os primados de gestão econômica ortodoxa e desregulamentadora, com metas incompatíveis

<sup>24</sup> Para uma descrição sobre o movimento de capitais no período ver Moura (1959). Os dados do texto estão em Vianna (1989, p. 67-69).

com desafios que uma economia como a brasileira impunha naquele momento. Na condução da política interna elaborada, e mesmo praticada com vistas ao combate à inflação e diminuição dos gastos públicos, impôs-se à economia restrições que constrangeram seu ritmo de crescimento, e que acabaram implicando na própria inviabilidade das propostas liberais. Um bom exemplo do desgaste crescente da política econômica do período 1946-1950 é o lançamento do plano SALTE, saudado por alguns "...como uma iniciativa contra o espírito de rotina da nossa organização econômica", mas que era de reconhecida inviabilidade pela falta de recursos para sua consecução. De certa forma, o plano SALTE também demonstra uma parte dos conflitos em torno da política econômica do período, uma vez que foi obra do DASP e contrariava os esforços contencionistas do Ministério da Fazenda.

Na particular quadra da vida brasileira que foram os anos da administração Dutra - com democracia e repressão política - passou-se da ilusão de uma relação especial com os Estados Unidos à realidade da falta de dólares e do relativo desinteresse do poderoso aliado com seu principal parceiro da América do Sul. Preocupados com a possibilidade de expansão comunista no continente europeu, os norte-americanos ofereceram menos dólares do que se esperava e mais conselhos para uma boa gestão da economia brasileira. Com o advento das tensões políticas decorrentes da Guerra Fria, a nascente democracia brasileira mostrou-se relativa, como bem demonstra a feroz perseguição aos comunistas e simpatizantes, sobretudo a partir de 1947. De fato, a democracia que ressurgiu no Brasil, a exemplo de outros países da América do Sul, tinha um aspecto mais formal do que virtual, como bem demonstra o poder que exerciam antigos defensores do Estado Novo<sup>25</sup>.

O legado da política econômica externa brasileira, o resultado das práticas cambiais - "...a única ferramenta da política econômica com certa objetividade" - levou a resultados positivos, como bem demonstram as expressivas taxas de crescimento da indústria, que tiveram grande importância para os anos seguintes<sup>26</sup>. Intencional ou não, há de fato resultados positivos como herança da gestão econômica externa, mas que devem ser ponderados pelas dificuldades vividas nos anos seguintes. Como precisamente apontaram Malan *et alii* "...o resultado da conjugação da política liberal do Governo Dutra e da situação internacional no período como um todo e das expectativas das mudanças em 1951, com o segundo governo Vargas, foi a saída líquida de capital privado, entre 1946 e 1952, da ordem de US\$ 500 milhões. Este fato, associado à redução das reservas internacionais em cerca de US\$ 413 milhões entre 1946 e 1952, e ao acúmulo de US\$ 581 milhões em atrasados comerciais, esclarece que as consequências dos fatos ocorridos entre 1946 e 1952 se projetaram, por pelo menos uma crucial década" (MALAN *et al.*, 1980, p. 190-191).

<sup>25</sup> Para uma análise desta questão ver Bethell (1993). A tolerância com a legalidade do Partido Comunista teve pequeno fôlego no período. A despeito das regras democráticas vigentes, merece destaque, por exemplo, a fala do Ministro da Guerra Canrobert Pereira da Costa em 1946: "... o Partido Comunista é estrangeiro. O presidente, o que dirige, o que dá orientação, está na Rússia e Prestes é simplesmente o secretário servindo, como serve, aos interesses russos, contra até a segurança nacional (...) Ideologia de importação e completamente contrário à nossa formação moral e religiosa, o comunismo é, em si, um exotismo fadado a desaparecer". (Almino, 1980, p. 72 *apud* Azevedo, 1994, p. 87)

<sup>26</sup> "O exame desta fase (1946-1950) é particularmente importante para a compreensão das etapas posteriores do desenvolvimento econômico, pois foi a égide da industrialização não coordenada - fruto dos estímulos não intencionais decorrentes das práticas cambiais processadas neste período que engendraram as principais forças atuantes na evolução subsequente". Conforme Lessa (1983, p. 15).

## Referências Bibliográficas

- ABREU, Marcelo de Paiva. Brazil as a creditor; sterling balances - 1940-1952. *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, PUC/RJ, n. 193, 1988.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro : Campus, 1989.
- ALMINO, João. *Os Democratas Autoritários*. São Paulo : Brasiliense, 1980.
- AZEVEDO, Débora Bithiah. Democracia e exclusão : o comunismo como símbolo da desordem no Governo Dutra (1946-1950). *Textos de História*, v. 2, n. 4, p. 76-99, 1994..
- BETHELL, Leslie. Brazil. In: BETHELL, Leslie, Roxborough. Ian (Ed.) *Latin American between The Second World War and Cold War*. Cambridge : Cambridge University Press, 1993. p. 33-65.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro : o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1988. (Série PNPE, 19).
- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo : Alfa Omega, 1976.
- CAMPOS, Roberto. *A lanterna de popa*. Rio de Janeiro : Topbooks, 1995. *Conjuntura Econômica* n. 1, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, p. 33, jul. 1948.
- COSTA, Jorge Gustavo. *Planejamento governamental : a experiência brasileira*. Rio de Janeiro : FGV/CPDOC, 1970.
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- O Economista*, n. 349, jul. 1949.
- HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954*. Wilmington : SR Books. 1989.
- HIRSCHMAN, Albert (1997): O Plano Marshall: Duas Memórias Póstumas e Algumas Lembranças Pessoais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 jun. 1987. Mars. p. 4-5.
- HUDDLE, Donald Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil: diretrizes, política e história, 1964-54. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, mar.1964.
- ISAACSON, Walter e Thomas, Evan (1986): *The Wise Men: Six Friends and the World They Made*. N. York: Touchstone.
- KERSHAW, Joseph "Reflexões sobre o controle cambial e desvalorizações" in *Digesto Econômico* no. 41, ano IV, São Paulo, abril de 1948.
- LAGO, Pedro Aranha Correa do. *A SUMOC como embrião do Banco Central - sua influência na condução da política econômica 1945-1965*. 1982. Dissertação (Mestrado) – PUC, 1982.
- LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- LEWINSOHN, Richard. O mercado livre de câmbio. *Digesto Econômico*, São Paulo, ano 5, n. 69, ago. 1950.
- LICHTENSZTEJN, Samuel e Baer, Monica. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- MALAN, Pedro Sampaio et al. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil: 1939-1952*. 2. ed. Rio de Janeiro : IPEA/INPE, 1980.
- MINELA, Ary. *Banqueiros: Organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro : Espaço & Tempo/ANPOCS, 1988.

- MOURA, Aristóteles. *Capitais estrangeiros no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1959. *Observador Econômico e Financeiro*, ano 12, n. 138, p. 6, jul. 1947.
- PEREIRA, Jesus Soares. *Petróleo, Energia Elétrica e Siderurgia: a luta pela emancipação*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.
- PORCILE, Gabriel. *The evolution of cooperation between Brazil and Argentina since 1930*, Texto apresentado na reunião da ABPHE, sessão ANPEC, Águas de Lindoia, dez. 1996. Mimeogr.
- SARETTA, Fausto. *Um estudo da política econômica do governo Dutra (1946-1950)*. 1990. Tese (Doutorado) Instituto de Economia, Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. Crescimento e Política Econômicos no Governo Dutra. *Estudos Econômicos*, v. 25, n. 3, p. 415-431, set./dez. 1995..
- TAPIA, Jorge Ruben Biton: *Capitalismo e Questão Agrária: um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil - 1946-64*. 1986. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, - IFCH/UNICAMP, 1986. Mimeogr.
- TEIXEIRA, Aloísio. O Movimento da Industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no Pós-Guerra. *Texto para discussão*, Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, n. 25, 1983.
- VARGAS, Getúlio. *O governo trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro : J. Olímpio, 1968, V2.
- VIANNA, Sérgio Besserman Política Econômica Externa e Industrialização. In: Abreu, Marcelo de Paiva (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro; Campus, 1989. p. 105-122.